VANTAGEM PARA O ETANOL

O Senado aprovou hoje PEC que promove a competitividade dos biocombustíveis, como etanol, em relação aos concorrentes fósseis, como a gasolina. A proposta, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), tem o objetivo de manter uma vantagem fiscal e uma tributação menor aos biocombustíveis por um período de pelo menos 20 anos. Leia mais em COMBUSTÍVEIS.

JORNAL O PODER UM PASSO À FRENTE

BRASIL

Terça-feira, 14 de junho de 2022- nº 560.
Ás 19 horas

Projeto: **José Nivaldo Junior.** Dir. de Redação: **Antônio Magalhães.** DF: **Hylda Cavalcanti.** PB: **Severino Lopes** Dir. de Arte: **Ivan Rodrigues.**

CENTRÃO BRECA ATIVISMO JUDICIAL

Um grupo parlamentar do Centrão pôs no papel a proposta de emenda constitucional (PEC) para conter o ativismo judicial do STF. Se aprovada a proposta, deputados e senadores terão poder para anular algumas decisões judiciais da mais alta Corte. As exigências para tal medida são apenas duas: 1) a decisão não pode ter sido resultado de uma votação unânime; 2) a decisão “extrapola os limites constitucionais”. Veja matéria LEGISLATIVO REAGE.

MACONHA PARA FINS MEDICINAIS

Por unanimidade, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) deu salvo-conduto hoje para três pessoas cultivarem maconha para fins medicinais. A autorização é para extração do óleo canabidiol, usado no tratamento de doenças como epilepsia, estresse pós-traumático e ansiedade. A decisão é inédita no tribunal e deve facilitar o cultivo artesanal da cannabis quando há prescrição médica.

ROL PODE SUSPENDER TRATAMENTO

Entidades médicas, sociais e especialistas ouvidos pela CNN afirmaram que milhões de brasileiros, beneficiários da saúde suplementar, podem precisar alterar ou interromper os respectivos tratamentos. Para eles, após a decisão do STJ, na última semana, de restringir alguns procedimentos oferecidos pelas operadoras de planos de saúde no país muitas pessoas podem não conseguir arcar com esses tratamentos.

EXAGERO INDÍGENA

A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) incluiu hoje o desaparecimento do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips a uma denúncia enviada ao Tribunal Penal Internacional de Haia, na Holanda, contra a atuação do presidente Jair Bolsonaro.

A VOLTA DE COLLOR

O ex-presidente da República Fernando Collor (PTB) anunciou hoje sua pré-candidatura ao governo de Alagoas. Em vídeo publicado em suas redes sociais, o senador afirmou que tem "o apoio de Jair Bolsonaro".

CRISE ARGENTINA

Em meio a uma série de problemas econômicos estruturais, a crise na Argentina pode ganhar um novo capítulo ainda neste mês. O governo do país tentar renovar títulos de dívida que vencem em junho para evitar um calote no mercado doméstico. O cenário, no entanto, não é o mais favorável, em meio a um ambiente financeiro externo altamente volátil e a uma fuga de investidores em busca de mercados menos arriscados.

Postado em www.opoder.com.br

Magno Martins

GLOBO: TENSÃO PRÉ-ELEITORAL

A cúpula da Globo está de olho no calendário. Conta os dias para a chegada de ouro. O mês promete ser tenso e intenso para o canal de TV mais amado e odiado do Brasil. No dia 2, dia da eleição, as equipes de jornalismo estarão em alerta máximo ao cobrir o primeiro turno das eleições. Há risco real de manifestações violentas contra repórteres e cinegrafistas, segundo o portal Terra. Não está descartada a possibilidade de os profissionais usarem carros não adesivados e microfones sem a canopla com a logomarca da emissora.

CONCESSÃO AMEAÇADA

Isso aconteceu em coberturas nas ruas após os protestos de junho de 2013, quando alguns jornalistas da Globo sofreram atos de hostilidade ao tentarem gravar matérias ou entrar ao vivo. No dia 5 de outubro expiram as cinco concessões públicas de TV da família Marinho, referentes às emissoras próprias da Globo em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Brasília e Recife. Esse é o prazo final para o grupo carioca apresentar o pedido de renovação.

TRAMITAÇÃO

Depois da análise do Ministério das Comunicações, sob o comando de Fábio Faria, genro de Silvio Santos, um relatório será enviado a Jair Bolsonaro. O presidente da República tem a prerrogativa de sancionar ou vetar a renovação, porém, a palavra final cabe ao Congresso Nacional. Como os parlamentares estarão envolvidos nas campanhas, a probabilidade de a decisão – seja qual for – ocorrer ainda este ano é baixa.

DEFINIÇÃO DEMORA

Tudo indica que o futuro da Globo será determinado somente pela próxima legislatura, que tomará posse em 1º de fevereiro de 2023. Até lá, os nervos ficarão à flor da pele no canal mais influente nos círculos de poder.

MUDANÇA

Outubro também vai marcar mudança na principal faixa de teledramaturgia da emissora. 'Pantanal' dará lugar a 'Travessia', trama sobre fake news e cyberbullying criada pela autora Gloria Perez. Em 11 semanas no ar, o folhetim rural aumentou em 30% a audiência da faixa das 21h30 às 22h30. Trouxe de volta cerca 1,4 milhão de telespectadores somente na Grande São Paulo.

Postado em www.opoder.com.br

Antonio Magalhães

AÇÕES DA ELETROBRAS

O Governo Federal, a Eletrobras e a Bolsa de Valores realizaram hoje a cerimônia de capitalização da companhia, principal empresa do setor elétrico brasileiro. Na cerimônia, o ministro da Economia Paulo Guedes afirmou que a operação foi complexa e "mexe com todas as dimensões da sociedade". "Nós enfrentamos vários problemas, foi uma construção conjunta durante dois anos e meio", discursou o ministro.

"FILHO QUE SAIU DE CASA"

Guedes disse, ainda, que a privatização da companhia vai aumentar sua capacidade de investimento. "A empresa é como um filho que saiu de casa, não precisa mais de proteção do Estado. Tinha esgotado a capacidade de investimento, estava perdendo fôlego. Ela precisa investir R$ 16 bilhões ao ano só para garantir sua fatia de mercado, mas não conseguia investir mais do que R$ 3 bilhões."

PETRÓLEO AUMENTA

Enquanto o Governo tenta encontrar saídas para a redução do preço dos combustíveis - como o projeto que limita a cobrança de ICMS em 17% aprovado no Senado -, o preço do petróleo segue em alta no mercado internacional, aumentando as pressões por um novo reajuste dos combustíveis nacionais. Nesta terça-feira, 14, o preço do óleo tipo Brent sobe 1,07%, cotado a US$ 123,60 o barril, enquanto o petróleo WTI sobe 1,02%, cotado a US$ 122,20.

A ECONOMIA SE MOVE

A alta de 0,2% no volume de serviços prestados no País em abril ante março fez o setor funcionar em patamar 7,2% superior ao de fevereiro de 2020, antes do agravamento da crise sanitária no País. Os dados são do IBGE, divulgados hoje.

ACIMA DO NÍVEL DE PRÉ-PANDEMIA

Em abril, os transportes passaram a operar 16,3% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020, enquanto os serviços prestados às famílias ainda estavam 9,6% abaixo. Os serviços de informação e comunicação estão 11,4% acima do pré-pandemia, e o segmento de outros serviços está 0,7% aquém. Os serviços profissionais e administrativos estão 5,0% acima do patamar de fevereiro de 2020.

VENCIDINHOS DA HORA

Ainda que no mês de maio tenha tido uma desaceleração da inflação, a alta acumulada de 11,73% em 12 meses pesa no bolso da população. A cesta básica teve um aumento de 67%. Neste momento, os "vencidinhos", como são conhecidos os mercados que vendem produtos próximos à data de vencimento, parecem uma boa solução para os brasileiros, já que eles cobram um valor menor do que os mercados tradicionais. Alguns produtos chegam a custar a metade do preço.

CARREFOUR: RISCO DO GIGANTISMO PARA O CONSUMIDOR

O novo Grupo Carrefour Brasil está pronto para acelerar o processo de integração do Grupo BIG à sua operação, em um dos maiores acordos do varejo brasileiro. A combinação das empresas nasce líder do varejo alimentício, com participação de quase 25% do mercado brasileiro, 150 mil colaboradores e mais de mil lojas em todas as regiões do País, além de um ambiente de compra digital que deve ganhar reforço.

PEC TORNA ETANOL COMPETITIVO

Com a Agência Brasil

O Senado aprovou hoje, em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que promove a competitividade dos biocombustíveis, como etanol, em relação aos concorrentes fósseis, como a gasolina. A matéria segue para análise da Câmara.

FBC: MENOS IMPOSTOS PARA O ÁLCOOL

A proposta, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), tem o objetivo de manter uma vantagem fiscal e uma tributação menor aos biocombustíveis por um período de pelo menos 20 anos. A regra inclui os seguintes impostos: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) paga pela empresa sobre receita ou faturamento e pelo importador de bens ou serviços do exterior; Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

PARA ESTIMULAR PRODUÇÃO

"A estrutura tributária deve preservar a competividade entre o biocombustível e o seu concorrente fóssil, evitando desestímulos ao produto limpo, renovável e produzido domesticamente, gerando renda e empregos, em detrimento do consumo de derivado de petróleo importado com maior impacto sobre o clima e o meio ambiente", justificou Bezerra.

APLICADA EM OUTROS PAÍSES

De acordo com autor da proposta, a aplicação de carga tributária diferenciada entre fontes limpas e combustíveis fósseis é adotada em dezenas de países como forma de internalizar ao sistema de preços as externalidades não capturadas de forma autônoma pelo mercado.

ICMS DE 17%

A matéria foi aprovada um dia após senadores concluírem a votação do projeto que estabelece um teto de 17% para a alíquota do ICMS incidente sobre itens combustíveis, gás natural e energia elétrica. Por ter sido modificada pelos senadores, a matéria volta para análise da Câmara dos Deputados e pode ser votada ainda hoje.

UNIÃO VAI COMPENSAR

O texto também prevê a compensação da União às perdas de receita dos estados. O objetivo do projeto é provocar a redução no valor dos combustíveis na bomba, aliviando o gasto do consumidor com gasolina, que supera os R$ 7, por litro, no país, e com o diesel, beneficiando também caminhoneiros e transportadores. O Projeto de Lei Complementar (PLP-18) também busca reduzir o valor do gás de cozinha e da conta de luz.

Postado em www.opoder.com.br

AUTARQUIA AMPLIA PROTEÇÃO

Hylda Cavalcanti

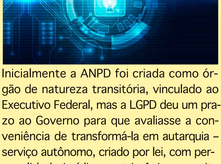
ANPD
Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Medida Provisória (MP) 1.124/22 publicada hoje no Diário Oficial da União transforma a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) em autarquia de natureza especial. O texto atualiza a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) para criar, sem aumento de despesas, um cargo comissionado para o diretor-presidente do novo órgão e dá autorização para que sejam alocados os servidores que lá vão atuar.

TRAMITAÇÃO

Também determina que sejam mantidas a estrutura organizacional e as competências da atual ANPD – hoje vinculada à Presidência da República – previstas na Lei Geral. A medida provisória ainda terá de ser analisada pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado em dois turnos, para ser convertida em lei e entrar em vigor. Cabe à ANPD editar normas e fiscalizar procedimentos para proteção de dados pessoais, bem como aplicar sanções.

PRAZO



Inicialmente a ANPD foi criada como órgão de natureza transitória, vinculado ao Executivo Federal, mas a LGPD deu um prazo ao Governo para que avaliasse a conveniência de transformá-la em autarquia – serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública.

AUTONOMIA

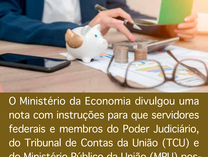
Conforme os termos da MP, a ANPD passa a dotar de autonomia técnica e decisória, com patrimônio próprio. Além disso, possuirá sede e foro no Distrito Federal. A autonomia da ANPD, conforme técnicos da área, vinha sendo reivindicada desde a discussão da lei. Os estudos internos para a transformação numa autarquia foram concluídos em junho do ano passado. O material contém informações sobre número de funcionários adicionais – atualmente apenas 30 atuam no dia a dia – e o orçamento necessário, que estão sob análise por parte do Ministério da Economia.

Postado em www.opoder.com.br

PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Hylda Cavalcanti

GOVERNO AUTORIZA MIGRAÇÃO DE REGIME



O Ministério da Economia divulgou uma nota com instruções para que servidores federais e membros do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público da União (MPU) possam pedir migração do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) para o Regime de Previdência Complementar (RPC).

ALÍQUOTAS

Essa janela foi aberta por meio de uma medida provisória publicada no final de maio e tem validade até 30 de novembro. Pode ser aproveitada por todos os servidores que ingressaram em suas carreiras antes de 4 de fevereiro de 2013. Trata-se da primeira autorização para mudança concedida após a Emenda Constitucional 103, de 2019, que instituiu alíquotas de contribuições maiores para os servidores do RPPS.

IRREVOGÁVEL

O Ministério da Economia, no entanto, ressaltou que a decisão é voluntária para cada servidor, mas a mudança, uma vez efetuada, "tem caráter irrevogável e irretratável", motivo pelo qual pede que cada um deles avalie questões como trajetória profissional, remuneração, tempo que falta até a aposentadoria, expectativa de permanência no serviço público e idade para verificar se a migração é vantajosa ou não.

POUPANÇA

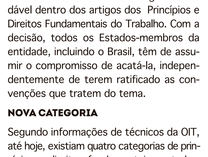
Caso decida aderir à Fundação de Previdência Complementar do Serviço Público Federal (Funpresp-Exe), o servidor terá direito a uma poupança previdenciária formada a partir das contribuições mensais e da contrapartida em igual valor do órgão público federal para o qual trabalhe, além do benefício previdenciário calculado sobre o teto do INSS e do Benefício Especial. O valor da contribuição será definido a partir da escolha de uma alíquota (7,5%, 8% ou 8,5%), a ser calculada caso a caso e aplicada sobre a diferença entre a remuneração e o valor que supera o teto do INSS.

Postado em www.opoder.com.br

NORMA TRABALHISTA

SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

Hylda Cavalcanti



Está em vigor, desde sexta-feira (10), resolução da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que acrescenta a garantia de um ambiente de trabalho seguro e saudável dentro dos artigos dos Princípios e Direitos Fundamentais do Trabalho. Com a decisão, todos os Estados-membros da entidade, incluindo o Brasil, têm de assumir o compromisso de acatá-la, independentemente de terem ratificado as convenções que tratem do tema.

NOVA CATEGORIA

Segundo informações de técnicos da OIT, até hoje, existiam quatro categorias de princípios e direitos fundamentais no trabalho: a liberdade sindical e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva (1); a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório (2); a abolição efetiva do trabalho infantil (3); e a eliminação da discriminação em relação ao emprego e à ocupação (4). Agora, a segurança e a saúde passam a figurar como quinto item da lista.

ESFORÇO

Os princípios e direitos fundamentais no trabalho foram adotados em 1998, como parte da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Para o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luiz Colussi, que acompanhou as discussões sobre a nova norma, a resolução "faz parte de um necessário esforço global em prol da segurança e saúde do trabalho".

MUDANÇA

"Esperamos que este posicionamento sirva de impulso para mudar o cenário de acidentalidade e mortes em decorrência do trabalho no Brasil", afirmou ele, entrevista para o site Conjur. Conforme dados do Ministério do Trabalho e Previdência, entre 2012 e 2021, 22.954 trabalhadoras e trabalhadores morreram em acidentes de trabalho ou por doenças laborais no país.

Postado em www.opoder.com.br

CASO DANIEL SILVEIRA

PGR PEDE EXTINÇÃO DA PENA

Com Agências de Notícias

A vice-procuradora-geral da República Lindôra Maria Araujo pediu hoje ao STF que seja declarada a extinção da punibilidade do deputado Daniel Silveira (PTB-RJ), condenado a oito anos e nove meses de prisão por criticar ministros e pedir o fechamento da Corte. Inclusive pede o cancelamentos de medida cautelar de pena de multa diária, no valor de R$15 mil, que, se que o seu montante global, considerada sua incidência até a presente data, já se aproxima de R$1 milhão.

ACATANDO PERDÃO PRESIDENCIAL

A solicitação está ligada ao perdão concedido pelo presidente Jair Bolsonaro, um dia depois do julgamento no STF. "O decreto de indulto individual é existente, válido e eficaz, sendo que a sua repercussão jurídica na punibilidade está condicionada à necessária decisão judicial que declara extinta a pena do condenado", escreveu a vice-PGR na manifestação encaminhada ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, relator da ação penal na qual Silveira foi condenado.

EFEITO RETROATIVO

Lindôra também pediu que sejam revogadas todas as medidas cautelares contra Daniel Silveira, o que inclui o monitoramento eletrônico que foi imposto ao parlamentar a pedido da própria PGR. Além disso, a vice-procuradora-geral da República, pede que tal revogação tenha 'eficácia retroativa' à data da publicação do decreto que beneficiou aliado do presidente, o que o isentaria de multas impostas a Silveira, após o decreto de graça, pela falta de uso da tornozeleira eletrônica.

Postado em www.opoder.com.br

ARTIGO

O STF, A POLÍCIA, O IMPERADOR, O LEÃO E O GLADIADOR

Edgar Moury Fernandes Neto
Advogado e Procurador do Estado de Pernambuco

Faz alguns dias, deu-se (mais) um conflito armado entre a polícia do Rio de Janeiro e traficantes de drogas, em uma favela carioca. O ministro do STF Edson Fachin manifestou preocupação com a operação policial, enquanto o o ministro Fux, presidente da corte, declarou que esperava que a polícia lhe desse "satisfações" sobre o ocorrido.

O QUE O STF TEM A VER COM ISSO?

Em condições de normalidade constitucional, o STF jamais se debruçaria sobre uma questão como essa, pois se trata de matéria completamente estranha à sua competência.

ADPF 365

Contudo, o olhar da Corte sobre a questão tem origem na ADPF nr. 365, promovida pelo deputado federal Alessandro Molon (PSB/RJ), por meio da qual, anteriormente ao fato aqui comentado, o STF, por maioria, manteve liminar, originariamente deferida pelo ministro Fachin, pela qual foram impostas regras para atuação da polícia do Rio de Janeiro nas favelas cariocas, a pretexto de reduzir a "letalidade policial".

A POLÍCIA SENDO IMPEDIDA DE SER POLÍCIA

Isto é, por ordem do STF, para fazer uma operação policial em favelas no Rio de Janeiro (quase todas dominadas pelo tráfico de drogas) a polícia (que foi proibida de sobrevoar os morros) precisa apresentar um plano, justificar a necessidade das medidas e tudo informar ao Ministério Público, dentre outras "exigências", que, em termos práticos, a impedem de cumprir plenamente o seu papel.

BOA INTENÇÃO?

Não cabe ao STF legislar ou governar, muito menos a pretexto de definir como pode e deve atuar a polícia, que, como tudo que é humano, tem distorções, mas não merece o rótulo negativo que tem recebido, pois é ela é majoritariamente por bons profissionais e é última barreira entre a violência do crime organizado e as pessoas de bem.

O IMPERADOR, O LEÃO E O GLADIADOR

O absurdo a que está submetida a polícia do Rio de Janeiro me lembra uma "estória", cujo enredo se passa na Roma antiga, onde teria vivido um gladiador invencível, aprisionado e odiado pelo imperador, o qual, sem mais saber o que fazer para vê-lo derrotado, determinou que ele lutasse com um leão, prometendo-lhe a liberdade, em caso de vitória.

AS REGRAS DA LUTA

As regras da luta não eram, por assim dizer, justas: o imperador mandou enterrar o gladiador, no meio da arena, deixando de fora apenas a sua cabeça. A vitória, então, só poderia ter um destinatário...

MUITA SEDE AO POTE

Quando se viu solto, percebendo a "moleza" que teria pela frente, o leão partiu feroz. De tão ávido, errou o cálculo de aproximação, escorregou no saibro da arena e, quando parou, ficou com as "partes baixas", exatamente, à altura do rosto do gladiador, que, sem outra alternativa, mordeu-as com tanta força que acabou matando o leão e vencendo a luta. O imperador, entretanto, frustrado com o improvável resultado, julgou que o gladiador "jogara baixo" e, sem mais delongas, mandou cortar a sua cabeça.

MORAL DA ESTÓRIA

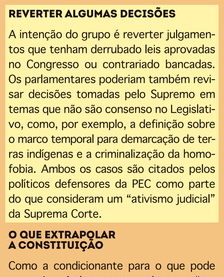
Assim como o gladiador da "estória", a polícia carioca está a enfrentar os "seus leões" em situação de absoluta desvantagem, pré-julgada como violenta, rotulada de arbitrária e impedida de usar os poucos recursos dos quais dispõe. A diferença é que o seu "opositor" jamais erra os "movimentos de aproximação", conhece muito bem o terreno das "arenas" em que costuma "lutar", não deixa nenhuma "parte baixa" vulnerável e - com o agravante de saber muito bem o que está fazendo - sempre atira para matar.

Postado em www.opoder.com.br

LEGISLATIVO REAGE

PEC PARA CONTER ATIVISMO JUDICIAL

Com o Estadão



A cúpula do Centrão pôs no papel uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permite aos deputados e aos senadores anularem decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), prerrogativa que o Legislativo não tem hoje. O texto dá ao Congresso o poder de revogar julgamentos da mais alta Corte do País sempre que a decisão judicial não for unânime e houver uma alegada extrapolação dos "limites constitucionais".

REVERTER ALGUMAS DECISÕES

A intenção do grupo é reverter julgamentos que tenham derrubado leis aprovadas no Congresso ou contrariado bancadas. Os parlamentares poderiam também revisar decisões tomadas pelo Supremo em temas que não são consenso no Legislativo, como, por exemplo, a definição sobre o marco temporal para demarcação de terras indígenas e a criminalização da homofobia. Ambos os casos são citados pelos políticos defensores da PEC como parte do que consideram um "ativismo judicial" da Suprema Corte.

O QUE EXTRAPOLAR A CONSTITUIÇÃO

Como a condicionante para o que pode ser revisto é abrangente, tudo o que "extrapolar limites constitucionais", o Congresso poderia anular até mesmo condenações de políticos, bastando para isso que a sentença não tenha sido aprovada por unanimidade no STF.

VOTAÇÕES SEM UNANIMIDADE NO STF

Levantamento mostra que de janeiro de 2019 até hoje, foram 5.865 acórdãos (registro de decisões) por unanimidade no plenário do STF. No mesmo período, 2.402 foram aprovados sem votação unânime.

Postado em www.opoder.com.br

BATE (Alexandre santos) X REBATE (Luciano Buril)

O REINO DAS FAKENEWS

Alexandre Santos
É presidente do Clube de Engenharia de Pernambuco e coordenador nacional da Câmara Brasileira de Desenvolvimento Cultural.

Não é sem razão que no mundo liberal a propaganda enganosa permeia o comércio, os boatos impulsionam as bolsas de valores, o blefe é fundamental nas negociações e a mentira funciona como instrumento regular de trabalho para muita gente. O Liberalismo é o reino das Fakenews.

A MENTIRA NO NASCEDOURO

A mentira começa na forma como as pessoas são induzidas a interpretar o conceito e a incorporar o Liberalismo em seu imagético e panorama psicológico. De fato, como a tradição e os dicionários afirmam que as pessoas 'liberais' são aquelas que admitem maneiras de pensar, de agir e de sentir diferentes das suas próprias, [que] defendem a liberdade de pensamento, [que] aceitam a liberdade de pensamento e [que] são generosas, por absoluta ignorância política, muita gente é levada a achar que Liberalismo é a forma de pensar e de agir dos generosos, dadivosos, magnânimos, indulgentes, condescendentes, inovadores, progressistas, modernos, vanguardistas, avançados, adiantados, abertos, tolerantes, compreensivos, condescendentes, flexíveis, indulgentes e transigentes. Não é nada disso.

A LIBERDADE CAPENGA

Liberalismo é uma doutrina política e econômica que toma por fundamento máximo o exercício da Liberdade. E, aí, vem outra Fakenews, pois (assim como Amor, Paz e Democracia) Liberdade é uma palavra mágica e todos querem se sentir livres. Acontece que, como defende a plena liberdade de todos e a garantia do uso de todos os atributos individuais, na realidade, o Liberalismo estabelece um regime que favorece os mais fortes (pois podem enfrentar os mais fracos usando todos os seus poderes), estabelecendo uma espécie de 'Lei das Selvas' - onde, ocupando posições específicas na cadeia alimentar, os mais fracos servem de pasto e alimento para os mais fracos.

A PERCEPÇÃO TARDIA

Os mais fracos, coitados - tomados pelo panorama psicológico que equipara o Liberalismo (o mundo das Liberdades) a uma espécie de paraíso (o mundo das oportunidades) - , só percebem que o 'mundo das Liberdades' defendido pelo Liberalismo não existe quando, embora sejam 'livres', descobrem que passam fome porque não podem pagar por um prato de comida.

QUEM MANDOU ACREDITAR NOS MENTIROSOS

No Brasil de hoje, 33 milhões de pessoas estão nesta situação.

Postado em www.opoder.com.br

REBATE

O REINO DAS FAKE NEWS

Luciano Buril
Bacharel em Direito.

Fake News é uma dessas expressões modernistas para mencionar coisas muito antigas. É o mesmo que a velha mentira ou o seu desdobramento, o boato. Boato é a mentira que se propaga. O estrangeirismo Fake News, literalmente notícia falsa, caiu no gosto do povo. Virou uma expressão tão absurdeirada como outras a exemplo de pênalti, chute, marketing ou burocracia. Até aí, nada de novo sob o sol.

EVOLUÇÃO DOS TERMOS

A língua é algo vivo, evolui o tempo inteiro. Novas realidades exigem novas palavras ou o uso de antigas expressões que são deslocadas do seu sentido original. Os historiadores dizem que a palavra ideologia, originalmente, significava justificativas para as contradições do mundo. Depois ganhou um sentido partidário, ideologia de direita, de centro de esquerda, e por aí vai. Isso sempre existiu. Só que o mundo mudou. E com ele, as palavras.

A ESSÊNCIA DO MUNDO

Querer associar Fake News a liberalismo é, em si mesmo, uma grande mentira. Nem precisa entrar em detalhes. Esse tipo de raciocínio é tão parcial, tão direcionado, que nem precisa ser empurrado para cair. Tropeça nas próprias pernas e se esborracha sozinho. Eu só fico com dificuldade de entender se quem escreve uma tentativa de argumentação frágil dessas acredita no que diz ou está realmente subestimando a inteligência alheia.

SENÃO VEJAMOS

A Revolução Francesa espalhava a Fake News de igualdade, liberdade e fraternidade, enquanto a guilhotina trabalhava sem parar cortando cabeças de quem discordava. O Comunismo foi a maior Fake News de todos os tempos. Prometeu liberdade e impôs ditaduras cruéis e sanguinários que cometeram as maiores atrocidades contra seus próprios povos. Pergunto a quem acusa o liberalismo: em qual país do mundo o comunismo trouxe liberdade, prosperidade e igualdade social? Qual? Pelo contrário. Criou elites bilionárias com privilégios inimagináveis, governando povos oprimidos e miseráveis. Os regimes comunistas Fakes deram errado e acabaram banidos. Quem permaneceu, infelizmente, transformou países em campos de concentração de miseráveis. Nem precisa citar, mas para tentar um mínimo de bom senso, cito Venezuela, Cuba e Coreia do Norte. Desafio alguém a defender publicamente esses regimes miseráveis. Repito: o comunismo é a maior Fake News de todos os tempos. E ainda há quem insista em adotar, ao pano incrível.

NO BRASIL

Como advogado, me preocupa o uso da Justiça para interferir na liberdade de imprensa, violentar a imunidade parlamentar e constranger o exercício da advocacia. Tudo em nome de supostas Fake News. Quem define, num mundo em conflito, onde cada lado tem suas "verdades" o que é Fake? O que pensa a esquerda sobre isso?

Postado em www.opoder.com.br

Canal Telegram

Receba todas as matérias do Jornal O Poder em tempo real no seu Telegram. Acesse e participe:
https://t.me/jornal_o_poder

CAMPANHA ELEITORAL

MORO QUER ESPOSA DEPUTADA

O ex-juiz e ex-ministro Sérgio Moro (União Brasil) frustrou expectativas e não anunciou qual cargo irá disputar no Paraná nas eleições de 2022, em entrevista coletiva na manhã de hoje, em Curitiba. No evento, ele afirmou que a mulher, a advogada Rosângela Moro, "está pronta" para representá-lo por São Paulo.

DOMICÍLIO EM SP

Ao contrário do marido, a mulher, filiada ao mesmo partido, tem domicílio eleitoral em SP e pode concorrer a uma vaga na Câmara dos Deputados. O ex-juiz pleiteava se candidatar a uma vaga no Congresso por São Paulo, mas teve a transferência de domicílio eleitoral negada pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), por não ter vínculo com o Estado. Ele discordou, mas disse que respeita a decisão.

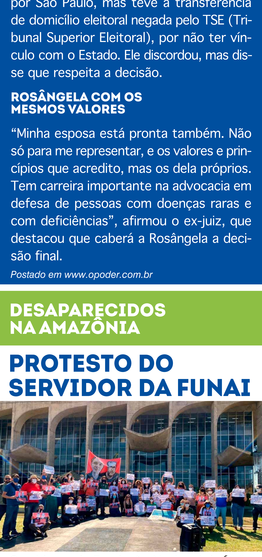
ROSÂNGELA COM OS MESMOS VALORES

"Minha esposa está pronta também. Não só para me representar, e os valores e princípios que acredito, mas os dela próprios. Tem carreira importante na advocacia em defesa de pessoas com doenças raras e com deficiências", afirmou o ex-juiz, que destacou que caberá a Rosângela a decisão final.

Postado em www.opoder.com.br

DESAPARECIDOS NA AMAZÔNIA

PROTESTO DO SERVIDOR DA FUNAI



Servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai) resolveram parar os trabalhos por 24h a partir desta terça-feira em protesto contra a lentidão das buscas pelo indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Philips no Vale do Javari. Eles reclamaram, sobretudo, da declaração do presidente da entidade, Marcelo Xavier da Silva, de que os dois "não teriam autorização" para entrar na área indígena.

DIREITOS

Bruno e Dom estão desaparecidos desde o último dia 5. Na nota em que anunciou a paralisação, o grupo afirmou que "a gestão atual da Funai não se importa com seu servidores" e que, por isso, querem reivindicar seus direitos "diretamente junto ao Ministério da Justiça".

"INVERDADES"

A mobilização foi decidida durante assembleia, com a participação de representantes da entidade Indigenistas Associados (INA), Sindicado dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal (Sindisep-DF), Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais (Considef) Associação Nacional dos Servidores da Funai (Ansef). As entidades deram um prazo até as 18h de ontem para que Marcelo Xavier se retratasse por suas declarações – o que não aconteceu.

XAVIER EXPLICA

O presidente da Funai, Marcelo Xavier, disse que houve problemas para conceder a autorização para o indigenista e jornalista entrarem no Vale Javari. O exame PCR da Covid dos dois estava vencido e o pedido foi dado entrada fora da sede, no Vale do Javari, demorando para chegar até a sede da Funai.

SEGURANÇA

Também pediram o envio imediato de tropas das forças de segurança pública para garantir a integridade física dos servidores da Funai em todas as bases de proteção do Vale do Javari (Quixito, Curucá e Jandiatuba), bem como as sedes das coordenações regionais do Vale do Javari e do Alto Solimões. Ressaltaram que desde o começo do incidente com o indigenista e o jornalista os servidores desses locais estão sozinhos para desempenhar suas funções.

Postado em www.opoder.com.br

PARA COMPARTILHAR MATÉRIAS, ACESSE
www.jornalopoder.com.br - NOTÍCIAS

JORNAL O PODER POLÍTICA & MERCADO

A BOA INFORMAÇÃO NÃO TEM PREÇO

WWW.JORNALOPODER.COM.BR

ACESSE E ASSINE GRÁTIS

19R$ NO SEU CELULAR

Fale conosco, sugestões e críticas:
contato@jornalopoder.com.br

Sugestões de pauta:
redacao@jornalopoder.com.br

Anuncie:
comercial@jornalopoder.com.br

Filiado à

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS